



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 8 DE SETEMBRO DE 2011

Presidente: Exmo. Sr. Albertino Bragança

Secretário: Exmo. Sr. Roberto Lombá

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 9 horas e 20 minutos.

A Comissão das Obras Públicas e Recursos Naturais, «4.ª Comissão», auscultou O Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais (Carlos Vila Nova) no quadro da carta assinada pelo líder do Grupo Parlamentar do PCD, o Sr. Deputado Delfim Santiago das Neves, relativo à questão das obras de requalificação da Lota, «mercado de peixe».

Intervieram, a diverso título o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos) e os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Cecílio Quaresma (ADI), Rafael Branco (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Hélder Paquete (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Dionísio Fernandes Leopoldino (MLSTP/PSD), Alcino Pinto (MLSTP/PSD) e António Ramos (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 11 horas..

O Sr. **Presidente** (Albertino Bragança): — Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados membros da Comissão:

Acção Democrática Independente (ADI):

Hélder Paquete Lima
Carlos Alberto Pinheiro
Cecílio Quaresma da Graça do Sacramento
Roberto Patrício das Neves Lombá

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe / Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Dionísio Fernandes Leopoldino
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Joaquim **Rafael Branco**
Manuel da Cruz **Marçal Lima**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem dos Santos Sequeira **Bragança**

O Sr. **Presidente**: — No âmbito das funções que cabem a Assembleia Nacional na fiscalização das acções do Governo, recebemos um documento com o despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia, no sentido da 4.^a Comissão ouvir o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Ambiente. Esta é uma carta que vem assinada pelo líder do Grupo Parlamentar do PCD, o Sr. Deputado Delfim Santiago das Neves, e ela diz respeito á questão das obras de requalificação da Lota, «mercado de peixe».

Passaria a ler então o teor da nota: «na sessão plenária do dia 15 do corrente da Assembleia Nacional foi abordado pelo líder do Grupo Parlamentar do PCD os casos de venda, de forma pouco clara, pelo Governo de 40.264 chapas de zinco importada através de um projecto financiado pelo Governo japonês, com o objectivo de reaver fundos de contrapartida para financiar projectos de desenvolvimento através do OGE.

De igual modo, solicitou do Governo o devido esclarecimento sobre o processo da eventual adjudicação, venda, renda ou alienação da Lota, «mercado de peixe», a um privado. No mesmo dia o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, em jeito de resposta a essas mesmas questões, numa entrevista através dos órgãos da comunicação social, tentou esclarecer a opinião pública sobre a intervenção do líder do nosso Grupo Parlamentar, facto que veio aumentar ainda mais dúvidas sobre a legalidade e transparência dessas operações.

Nestes termos, e na sequência das deliberações saídas da Conferência de Líderes na sua reunião do dia 17 do corrente, vimos solicitar os bons ofícios de vossa excelência, no sentido de instar os Excelentíssimos Srs. Presidentes de 2.^a e 4.^a Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional para que, no âmbito das respectivas Comissões, sejam escutados, e no prazo mais breve possível, os Srs. Ministros das Finanças e Cooperação Internacional, do Plano e Desenvolvimento e das Obras Públicas e Recursos Naturais, com o objectivo de prestar o cabal esclarecimento sobre as questões acima referidas.

Contando desde logo com a sua anuência à presente solicitação, permita-me que lhe enderece os meus melhores cumprimentos.

Grupo Parlamentar do PCD, aos 18 dias do mês de Agosto de 2011».

Portanto, é na sequência desta carta e do despacho que recaiu sobre a mesma do Sr. Presidente da Assembleia Nacional que ontem ouvimos os Srs. Ministros das Finanças e Cooperação e do Plano e Desenvolvimento, e hoje vamos então ouvir o Sr. Ministro das Obras Públicas. Ontem foi no âmbito da 2.^a Comissão e hoje é no âmbito da 4.^a Comissão.

Em relação à essas matérias, a questão é sobre as obras de requalificação da Lota «mercado de peixe». Vamos adoptar a metodologia de ouvir o Sr. Ministro e expor as suas questões e depois os Srs. Deputados poderão levantar questões acerca daquilo que acharem conveniente.

Tem a palavra o Sr. Ministro para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais** (Carlos Vila Nova): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, relativamente às obras de requalificação, que diria de «adaptação ou adequação» do edifício denominado «Doca», para os fins a que se propõe, são eminentemente obras de adaptação ao que se pretende desenvolver como actividade neste local e neste edifício.

Portanto, algumas já previstas, que são as obras do exterior, do arruamento e de melhoramento das áreas circundantes – estas estavam previstas, não ficaram concluídas por razões que acho que são do conhecimento de todos que estão aqui presentes – e as outras são obras de adaptação, no quadro de um memorando assinado entre o Governo e um grupo, que é o GAGEPAR, «Grupo de Gestão e Participações do Gabão», para então fazer um investimento de adaptação no local...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro podia repetir o nome da empresa, se faz favor?

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — GAGEPAR, «Gabonese de Gestion et de Participation».

Portanto, isso no que diz respeito às obras. É neste quadro, é que é feito um investimento pelo grupo para adaptar o local a um centro comercial, um super mercado.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro terminou a sua explanação quanto as obras?

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra aos Srs. Deputados, quero recordar ao Sr. Ministro que logo que tomamos conhecimento deste despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, a 4.^a Comissão reuniu-se e nessa reunião achamos pertinentes duas questões: primeiro, pedimos informação ao Governo sobre esse projecto. Até dissemos que não teria que ser todo o dossier, podia ser um relato mais ou menos circunstanciado sobre o projecto em si, para que os Srs. Deputados conheçam. Depois, também foi sugerida uma visita ao projecto, ao local. Estivemos lá com a comunicação social e observamos.

Era só para lhe informar que fomos ao local e vimos e tomamos conhecimentos das obras em si.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de dar as boas vindas ao Sr. Ministro de Infra-estruturas, o Engenheiro Vila Nova e ao Sr. Ministro para os Assuntos Parlamentares, que está cá também connosco.

Atento à informação prestada sobre a Lota e a informação que acaba de nos abordar apenas as obras de adaptação, surgem algumas dúvidas. Atendendo que o edifício tinha sido concebido para um objectivo específico, porque como sabe houve, ao nível das vendedoras de peixe, tirou-se as pessoas da Feira do Ponto e algumas pessoas que vendiam na Praia Brasil, se não estou no erro, e o objectivo central a construção de um local, de uma infra-estrutura para atender esse tecido social, tendo em conta a sua função e a sua actividade.

Ora, de acordo com uma folha que recebemos, porque pedimos ao Ministério que nos desse uma informação sobre os diversos que se seguiram para a construção da Lota e, até agora, o objectivo da adaptação, infelizmente tivemos uma folha A4 com alguns dados, tópicos – que faz-me lembrar quando a gente está na escola, alguns apontamentos que se recebe. Acho que essa informação não nos permite elucidar com alguma clareza, tendo em conta os objectivos que pedimos. Aliás, essa informação é muito débil, muito insonsa que não nos permite ter elementos, precisamente, para poder analisar conjuntamente. Todavia, como dizia o Sr. Presidente, a visita que tivemos a ocasião de fazer deu-nos mais elementos.

Portanto, Sr. Ministro, gostaria que Vossa Excelência nos esclarecesse: aqui neste documento diz-se que as obras foram suspensas por falta de liquidez. Isto quer dizer que não se pagou ao empreiteiro, ou ao construtor o montante para que ele terminasse os trabalhos. Gostaria de saber se isto é, efectivamente, verdade ou não?

Segunda questão que se me põe, é o montante – isto quer dizer que aqui também nos diz que é um montante remanescente – se não daria para o término das obras para o qual foi concebida?

Outra questão também, Sr. Ministro, como é que aparece este grupo «Gabonese de Gestion»? Independentemente da opção, sabe-se que ele transforma a Doca agora para um centro comercial, o que, no nosso entender, não é correcto.

Digo isso porque, pessoalmente, estive em Cabo Verde e conheci a Doca que se construiu ali e aquela que temos agora tem melhores condições e melhores visibilidades. Como o Sr. Ministro deve saber, para a passagem de um objectivo para outro deve seguir-se uma tramitação. Não sei se foi feito algum concurso público, não sei se foi feita alguma adjudicação directa a esse grupo Gabonese de Gestion et de Participation, gostaria de saber qual é o montante que este grupo pagou, se entrou, efectivamente, nos cofres do Estado do não!?

Portanto, estas são apenas algumas questões que gostaria que vossa excelência pudesse brindar-nos com esclarecimentos. Depois passaria, posteriormente, para outras questões após a informação do Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, de facto pedimos uma informação sobre o projecto, visitamos a Doca creio que há mais de 15 dias, mas, surpreendentemente, os seus serviços não responderam. Esta manhã

distribuimos aos Srs. Deputados, fui informado pelo técnico que chegou uma informação de uma página, e achamos estranho porque a Assembleia deveria receber maior consideração.

Por outro lado, não sei se há outro deputado que queria intervir agora e, se não for o caso, queria centrar a minha intervenção no seguinte...

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, pedido de intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Ministro pudesse dar resposta de acordo as questões que fossem levantadas. Não sei se está a anotar, tenho outras questões a levantar e não sei se vão fazer todas as questões de forma que ele possa responder em bloco, ou então se vai ser de forma faseada.

O Sr. **Presidente**: — Creio que seria estafado que o Sr. Ministro respondesse questão por questão. Ainda ontem usamos a mesma metodologia do bloco de perguntas. O Sr. Ministro responderia um grupo de perguntas, os Srs. Deputados depois poderiam fazer mais perguntas, desde que anotasse as questões.

Bem, Sr. Ministro, é o seguinte: esta obra da Lota, tal como disse o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, foi concebida no 11.º Governo quando se demoliu a Feira do Ponto e se acabou com a Praia Brasil.

Então, viu-se na necessidade na construção de um centro, de um espaço de conservação e de comercialização do peixe. É certo que, tal como também vem na informação com que nos brindou o seu ministério, pensou-se ir mais além na construção de uma Doca, portanto, de um pontão onde os barcos de pesca pudessem atracar, porque a Doca estava destinada para vender peixe a avulso, a retalho e a grosso.

Houve problemas com a construção do pontão, que deveria ser afastado, mais distante da base, mas a Lota, que era o objectivo central, o edifício foi concluído, mas no mesmo dia em que o Sr. Deputado Delfim Neves fez a intervenção na Assembleia sobre essas duas questões que vêm aqui assinaladas nesta carta do Grupo Parlamentar do PCD, o Sr. Ministro das Finanças veio a público responder.

Respondeu sobre duas questões e disse coisas, que não sei se o Governo analisou o peso das coisas que disse face à lei. Disse que o «Governo aprovou uma proposta apresentada por um grupo privado estrangeiro para transformar a referida infra-estrutura num centro comercial, tendo pedido ao investidor que fizesse um sinal em relação ao investimento em relação a Doca de pesca»; palavras textuais do Ministro, que foram ditas na televisão são-tomense e também reproduzidas na íntegra no jornal *Kê Kuá*, daquela data. Estas palavras encerram uma série de contravenções às leis.

Primeiro, pergunto ao Sr. Ministro: fala-se aqui de propostas de alterações, que alterações se projecta fazer ao projecto anterior? Quem autorizou o plano deste novo projecto de alterações? Que tipo de licitação o Governo se empregou para entregar essa obra ao tal GAGEPAR? Houve concurso público? Houve adjudicação directa? Feita em que base?

O Sr. Ministro disse que o Governo aprovou uma proposta de um grupo estrangeiro, não pode! E depois mais tarde ouviu-se dizer que o grupo ia investir três milhões de euros, tornou-se também público, as coisas não são feitas assim!

É certo que o senhor é o Ministro das infra-estruturas e a parte que nos interessa mais saber é onde é que está o projecto de alteração de uma obra do Estado, que estava prevista para 5 milhões e 500 mil dólares, dos quais já se gastaram 4 milhões e 700 mil? Mais, disse que esse grupo que está a fazer esta nova intervenção pensa também fazer arruamentos e outras coisas que já estavam no projecto anterior.

Para informação dos Srs. Deputados, posso dizer que após a adjudicação da obra à empresa Mota-engil, através do concurso público, na primeira intervenção, com a modalidade de contrato-chave na mão, que incluía equipamentos de fabrico de gelo em escama, cubo, pedra, geradores, banca de exposição de pescado, arruamento e parque de estacionamento bem como mobiliário de um pequeno bar-restaurante e outros, com financiamento do fundo de cooperação taiwanês.

Portanto, era um projecto integrado que abarcava tudo isso. Soube-se que a nova intervenção que se está a fazer inclui também arruamento, etc., quer dizer, coisas que já entravam na primeira intervenção, onde se gastou já 4 milhões e 700 mil dólares americanos.

De maneira que gostaria que o Sr. Ministro me pudesse explicar como é que isso foi feito com o Governo? Um grupo apresenta uma proposta, temos leis de licitação extremamente rígidas, o Governo não pode aprovar uma proposta apresentada por um grupo, num projecto de tão grande dimensão.

Era isso que queria que nos elucidasse.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, ouvi atentamente as intervenções, esse debate que vamos ter aqui é muito importante, mas só gostaria que, antes de pegar na parte da requalificação da Doca, que estamos agora a falar, que o Sr. Ministro fizesse um pequeno historial sobre os trabalhos iniciais desta Doca. Porque na verdade gostaria de saber se o local, dos estudos anteriores que foram feitos com o então

Ministro das Infra-estruturas do 11.º Governo, realmente servia ou não para a construção do Doca, ou Lota de pesca?!

Porque acho que, para o Governo, realmente, transformar essa Doca para uma outra infra-estrutura, houve problemas, ou explicações prévias para que ela fosse requalificada. Gostaria que na verdade o Ministro pudesse aqui tornar claro o porquê dessa requalificação, fazendo o historial real de alguns relatórios que foram produzidos antes mesmo da realização da Lota, e que levou o Governo a fazer a requalificação da mesma.

Porquê que o Governo não continuou aí com a Lota onde está e preferiu fazer a requalificação para dar o destino para um grupo de trabalho!? Acho que os relatórios anteriores que foram produzidos, não sei se é esse que o Governo baseou para requalificar, mas se é, diz-nos o porquê?

Se há algum documento nesse sentido de forma a que possamos ficar um pouco mais cientes desta requalificação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco para uma intervenção.

O Sr. Rafael Branco (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, caros Deputados, creio que tínhamos de precisar bem o âmbito desta audição. Porque não me parece que o âmbito seja saber da utilidade, da pertinência da Doca. Porque a incoerência, isso é uma responsabilidade do Governo daquilo que faz sobre o património público.

E, em toda a honestidade, eu mesmo, enquanto chefe do Governo, tinha pensado dar uma outra utilização a Doca. Portanto, para mim este não é o objecto e a história disso, não me parece que seja pertinente. O que estamos aqui a discutir, penso eu, é meu entendimento, são as condições em que se alienou um património público.

E é bom que se ficasse neste âmbito, porque não vamos entrar em questões de escolha política, e aí reconheço que cada Governo tem o direito de dar a utilização que melhor entender ao património público. Esse seria um debate que, pelo menos quanto a mim, não teria lugar aqui. E o meu interesse enquanto Deputado tem que ver somente com as condições que levaram a situação que temos agora, isto é, como é que algo que é do Estado passa, ou está em vias de passar para as mãos de um grupo privado estrangeiro; em que condições fez-se isso; que regras foram observadas e como é que se dá início a obras sem que haja uma contratualização das obrigações de uns e outros.

Porque há aqui histórias, mesmo esta informação tem omissões. Porque se é verdade que a obra começou durante o 11.º Governo constitucional, durante o 12.º Governo constitucional foi dada ordem para que algumas partes do projecto, já naquela altura, não fossem executadas. Nomeadamente, havia a questão dos geradores e outras questões que estavam previstas na obra inicial do 11.º Governo, que o 12.º Governo, antes mesmo da conclusão da obra, deu ordem de suspensão de alguns trabalhos previstos.

No que diz respeito ao Sr. Ministro das Obras Públicas, creio que há algumas coisas que certamente não são do seu âmbito, mas há algumas que são e o Sr. Deputado Albertino Bragança, Sr. Presidente desta Comissão, fez referência a elas, que são importantes de dizer. Uma, é que se há um plano dessas obras de recuperação e transformação?

Que entidade nacional aprovou esse plano de reconstrução? Qual é o valor dessas obras? Como é que se vai deduzir o valor dessas obras em função do eventual valor da cedência do prédio? Portanto, há aqui questões muito específicas, mas, por abono da verdade, acho que – por isso é que é a Assembleia nacional – essa nota devia ser corrigida para reflectir, verdadeiramente, o que se passou.

Aqui no país, infelizmente, vamos fazendo coisas. Foi a mesma coisa que aconteceu com o Liceu da Trindade, que estava em construção e mandou-se parar as obras todas e depois teve que se recomeçar com custos para a Nação mais penalizadas.

Portanto, vamos cingir-nos ao âmbito da audição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, quero, antes de mais, subscrever grande parte das questões que foram levantadas aqui pelo Sr. Deputado Rafael Branco.

Dizer que na verdade quando a questão foi levantada em Plenário era exactamente para saber quais foram as condições da adjudicação a um privado, ou a uma empresa privada para transformar, ou substituir aquilo que era o objectivo do empreendimento e, hoje, outro objectivo.

Na altura foi dito também que não estamos a discutir as opções. Acharmos que cada Governo tem a sua opção, por isso mesmo cada Governo tem o seu Programa e tem as Grandes Opções do Plano. Não estamos aqui a discutir se aquilo deve ser laboratório técnico, super mercado, a Lota ou uma clínica.

O que estamos aqui a discutir são os critérios de adjudicação e, dentro dele, há outras questões. Porque quando se altera um projecto, naturalmente há um projecto de alteração que é aprovado pelas autoridades competentes.

Mas porque realmente esse documento tem muitas omissões, confesso que o Sr. Ministro, se calhar, não tem todas as informações; não existe qualquer tipo de relatório que contrarie a construção da Doca naquele local; o actual Director da DOPU era técnico na altura e fazia parte da comissão; e se o outro director está

fora, é cidadão nacional e podemos chamá-lo, a Assembleia tem essas competências; a identificação do local não foi feita pelo ministro, os técnicos identificaram três locais: onde está, o estaleiro Lima e Gama e uma localização no Pantufo, que nem sequer sei qual é a zona, e para cada local identificado vinham as recomendações e os supostos custos desses locais serem destinados a construção da Lota.

Quero aqui dizer mais uma vez que essa questão da Doca, que denominamos chamar de «empreendimento», é daqui da Assembleia, surgiu aqui. O próprio projecto, que saiba, o letreiro que está aí, que toda a gente vê dia-a-dia não está lá dito que é «Doca», é Lota, exactamente para a conservação e comercialização do pescado. Porque ao demolir a antiga Feira do Ponto um governo responsável tinha que encontrar alternativas para as pessoas que ganhavam o seu pão do dia-a-dia naquele local.

Foi assim que se construiu o mercado de fardo e tinha-se que encontrar um mercado para as *palaiês* que vendiam o seu pescado naquele local. Ao construir naquele local, e viu-se que está a beira do mar, e mais: recomendação; a profundidade da erosão costeira naquele local era de profunda, digamos, responsabilidade do Estado.

Porque aquilo já estava numa situação que podia desabar, inclusive a única via de acesso ao hospital central. Perguntar-me-ia: porquê que construímos logo a seguir a outra via alternativa do bairro de Hospital? Era exactamente porque tinha-se desconfiança que, ao construir a Doca, podia criar uma situação da estrada principal desabar, enquanto se estancava.

Então construiu-se uma via alternativa com duas saídas, enquanto se construía a Doca. Porque o anterior Governo também já tinha adjudicado, ou dado aquele local a uma empresa privada, mas com a incumbência de fazer uma parede para proteger a via. A verdade é que a empresa não cumpriu aquilo que estava combinado.

Preferiu construir umas duas, ou três casas com pedras secas, que também não estavam acabadas, e não fez aquilo que estava combinado. O Estado ao conceder aquele local, a contrapartida era construir a parede de contenção para que a estrada não viesse a desabar.

Daí que todas as recomendações que foram feitas, ao vermos que está em risco uma via de acesso a um hospital central e único do País, ao vermos que muitas pessoas às vezes atravessavam com viaturas naquele local, sem saber do risco que estava a ocorrer no subsolo.

Então, decidiu-se para aquele local, porque Lima e Gama é um privado, mas na altura estava-se a dizer 500 mil dólares só para comprar o espaço, sem contar com o trabalho técnico que se tinha que fazer lá, das velharias das barcaças que estão ali entaladas. Isto para esclarecer a questão da opção do local.

Sem querer repetir aquilo que já disse o Sr. Deputado Rafael Branco, quando da entrada do 12.º Governo em funções não havia qualquer tipo de factura em atraso. Uma ou duas facturas podem atrasar, é normal, mas atraso que justificasse para parar a obra é falso! Tanto a obra como os passeios, isto tem que ficar claro!

O ministro que me antecedeu é também do meu partido. Ele recebeu instruções precisas do primeiro-ministro de então, que é o actual, para suspender as obras do passeio e da Doca! Isso ele pode vir cá justificar, porque também é Deputado.

Recorde-se que haviam empresas que tinham recebido dias antes dinheiro para construção do passeio, que insistiam em não parar as obras e foram lá os técnicos da DOPU ameaçá-los que iam chamar a polícia se não suspendessem as obras. E essas pessoas existem e estão cá, estão prontas também para vir falar.

Por isso, é que essa questão que se fala da Doca e dos passeios, é preciso esclarecer isso de uma vez por todas! Se quisermos esclarecimentos, para daquilo que nos trás cá, temos que marcar uma sessão para um debate sobre isto.

Porque quando se fala que se suspenderam as obras por falta de pagamento, agora vejo cá que uma obra de 5 milhões e meio já se pagou 4 milhões 700 e tal. Já se construiu 85% faltam 15%, é normal! Aliás, por norma 10% desse valor deve ficar retido por um período de seis meses...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, um ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** : — Sr. Presidente, só queria pedir a Vossa Excelência que, de acordo com a intervenção do Sr. Deputado Rafael Branco, cingíssemos ao que estamos aqui para fazer, esclarecer o que está a ser feito neste momento.

Portanto, se vamos fazer o historial de toda a construção da Doca, porquê que foi escolhida a zona, não é isso que nos trás cá. O que nos trás cá é o que está a ser feito, se está dentro da lei ou não, isto é o que o Sr. Ministro está cá para esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Ministro.
Sr. Deputado Delfim Neves, podia ser de facto mais expedito!?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, penso que este documento foi distribuído pelo Governo. Se o Governo trouxe o documento para aqui, acho que devemos esclarecer algumas omissões. Ou ao menos que mande recolher!

Desculpa Sr. Ministro, o senhor sabe porque é membro do Governo, se não sabe devia saber que qualquer obra do Estado tem uma retenção de 10% para a garantia de boa execução! Ao ver esse documento, quer dizer que menos de 10% também já foi gasto!

Até o dinheiro da garantia de execução já foi gasto. Portanto, não pode justificar que o valor não foi pago, já pagaram a mais e o fizeram porquê? Para além da garantia de boa execução que já saiu partes, onde é que estão os frigoríficos, os geradores, os equipamentos do bar-restaurant, as mesas para exposição de pescados? Tudo isso está incluído no projecto.

E diz bem aí o documento, há o arruamento, a estrada também está ali incluído. Se vemos aqui 85%, faltando 15%, quer dizer que neste momento a empresa devia entregar a chave ao Estado, e nem sequer reclamar mais nada porque já tem quase todo o valor pago e a garantia da boa execução também já foi paga.

Por isso, Sr. Ministro, porque a questão foi levantada por mim, enquanto líder parlamentar do PCD, é verdade que queremos saber disto. Mais, depois de ter levantada a questão aqui na Assembleia, houve uma intervenção do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, em jeito de resposta, dizendo que na verdade há uma intervenção de uma empresa privada – penso que os Srs. Deputados ouviram – cujo valor desconhece-se. Mas anteriormente tinha dito também o Sr. Primeiro-Ministro que são três milhões de euros para a requalificação.

O próprio Ministro garantiu, publicamente – penso que os Srs. Deputados ouviram – que não existe nenhum contrato. Daí é que se pergunta: se não existe contrato, aquilo foi doação ou é venda? Ou se é aluguer que nos explique.

É verdade que o Sr. Ministro pode não ter todas as informações, também não é da sua área, mas também se há lá uma obra de requalificação, que nos explique se esse projecto de requalificação passou pelo Ministério das Obras Públicas, mais concretamente na Direcção das Obras Públicas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, escutei com muita atenção o Sr. Deputado Delfim Neves, mas é bom que sejamos claros nesse sentido, como já disse o Sr. Ministro da Descentralização que há pontos reais que temos que discutir neste momento.

Sobretudo quando diz que temos que fazer um debate parlamentar para discutir alguns pontos, quer dizer que há muitos pontos para discutir neste debate, que não será o problema da Doca como também outros.

Só para dizer que é bom que ganhemos o tempo para explicar pequenas coisas. Porque há coisas que realmente é de âmbito nacional, que a própria população quer saber de que é feitos com fundos que temos. No País, com 35 anos de independência, não temos nenhuma infra-estrutura a funcionar...

Murmúrios e protestos gerais.

... que possa garantir o bem-estar da população. Agora, é necessário que na verdade as leis tenham que funcionar.

Como anteriormente disse o colega Deputado Delfim Neves, seria bom que na verdade o Ministro pudesse elucidar mais uma vez. Antes de chegarmos ao presente e ao futuro, particularmente, é explicar correctamente se houve ou não estudos preliminares que dissesse que lá servia ou não para a Doca, e depois dizer porquê que requalificou e como.

Porque o que sei é que, conversando com algumas pessoas, houve relatórios que não aprovou a construção da Doca onde está; em primeiro lugar.

Em segundo lugar, bem há pouco tempo, há três ou quatro meses atrás, estive cá uma equipa francesa que fez o estudo da nossa baía e que viu que ela constitui um perigo para os navios que possam passar por aquela zona.

Inclusive temos um projecto, que na verdade tem também a ver com isso, que a nossa baía não é permitido passar navios, mesmo canoas de grande porte. Não dá! Porque temos aqui dois pontos onde os navios encostam, que só podem fazê-lo quando a maré está alta, caso não é impossível. Porquê? Porque há ali muita lama, muita rocha, etc.

Isto quer dizer que alguma coisa levou o Governo a cingir de não continuar com a Doca, e isso é que a função do Governo. Porquê que isso não foi aproveitado e porquê que requalificaram a obra? É isso que quero ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queria pedir-lhe encarecidamente que definisse os termos e o âmbito desta audição. Porque, como disse, temos que ganhar o tempo e quero maximizá-lo com esclarecimentos sobre aquilo que entendi ser o objecto dessa audição.

Porque se vamos fazer história do passado, o Sr. Deputado acabou de dizer que em 35 anos não fizemos nada em termos de infra-estruturas...

Murmúrios do Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

... quer dizer que todos os dias vemos coisas que foram feitas nesses 35 anos...!

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Este palácio dos congressos onde o senhor está agora, é o quê!?

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Não quero abrir o debate sobre isto, mas, enquanto Deputados, temos que ser um pouco mais responsáveis, porque isso é um discurso de rua. 35 anos não se fez nada! Esse discurso não pode vir para aqui.

Vozes: — Isto que está aqui é o quê?

O Sr. **Presidente:** — Em relação a questão que foi levantada, sobre a carta que deu azo a esta auscultação ao Sr. Ministro, relativamente à questão da Lota «mercado de peixe», vou reler, são duas linhas: «de igual modo solicitou do Governo o devido esclarecimento sobre o processo de eventual adjudicação, venda, renda ou alienação da Lota “mercado de peixe” ao um privado».

Esta é a matéria e o Sr. Presidente da Assembleia Nacional despachou; «a Sra. Secretária da Mesa para diligências para satisfação do presente pedido (...)». Portanto, essa auscultação é para satisfazermos o pedido que foi feito pelo líder parlamentar do PCD sobre a questão da adjudicação, venda, renda ou alienação da Lota «mercado de peixe» a um privado.

Esta é a matéria de fundo desta audição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, já foi levantado aqui que devíamos cingir no âmbito do documento que nos trouxe cá.

Sei que algumas questões já foram discutidas na 4.^a Comissão e que nós próprios nesta Comissão discutimos bem que esta matéria e vimos que não devia vir para aqui, porque não é algo pendente que tínhamos que resolver.

A minha pergunta vai direccionada para o seguinte: Sr. Ministro, há um documento de licitação, em relação àquilo que está sendo feito? Gostaria só que nos dissesse o que é que está a fazer lá. Adjudicou-se, vendeu-se ou alienou-se, e em função disso, continuarei a minha explanação, de acordo a lei de licitação.

O Sr. **Presidente:** — Acho que devíamos passar a palavra ao Sr. Ministro, a menos que haja mais algum Deputado que queria intervir.

De contrário, passo a palavra ao Sr. Ministro para responder as questões que foram levantadas.

Vozes: — Depois da intervenção do Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente:** — Se faz favor Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais:** — Sr. Presidente, começaria por me referir a partir da intervenção do Sr. Deputado Rafael Branco, porque de facto acho que teremos a ganhar, evitando dispersões de ideias e cingirmos um pouco naquilo que é o objecto da auscultação.

Penso que, aquilo que disse o Sr. Deputado Rafael Branco, muitas das questões colocadas antes dessa intervenção deixam de ter resposta, porque estamos a falar hoje de um património de Estado, património esse que, dentro das atribuições do Governo, pode ser tomada uma opção de uso, coisa que não foi feito, propriamente, nesse Governo.

Com um bocado mais de sorte, se calhar hoje estaríamos a falar de um património a funcionar, dentro de uma actividade também opcional e em curso. Não aconteceu e, dentre as possibilidades, ou as propostas a que teve acesso o Governo optou por esta.

O que posso dizer é que não há alienação nem há contrato. Há apenas um memorando de investimento para o sector. Os trabalhos que decorrem são apenas conclusões dos arruamentos que terão que ser feitos. Existe uma ou outra adaptação para o fim a que se destina o referido edifício.

Este fim a que ele se destina é alvo de um tratamento próprio, como compreenderão, da Direcção do Património. Não é propriamente atribuição do nosso Ministério proceder os contratos. Haverá um contrato, que está a ser trabalhado no quadro também deste próprio memorando, cujos detalhes também não se tem aqui porque não há contrato concluído.

Portanto, o que está a passar neste momento de facto é com base no memorando com o grupo de investidores, que é uma opção sim do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela explicação. Srs. Deputados, há algum pedido de intervenção? Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, depois de ouvir o Sr. Ministro, julgo que o Governo decidiu com grandeza com relação ao destino a dar a esta Doca. Estamos a falar de um projecto que já espatifamos...

Murmúrios e protestos gerais.

... cerca de cinco milhões de dólares e não chegou ao fim. Temos lá uma Doca com um pontão que nem sequer uma canoa pode atracar; mais além temos algumas embarcações encalhadas.

Estes são sinais realmente dos dirigentes do passado que estiveram ligados a este projecto que não tiveram atenção à esses pormenores. São fundos que foram colocados à disposição do Estado, que foram usados de forma abusiva.

Porque este fundo não foi programado, não foi orçado e nós espatifamos este dinheiro. O Governo entendeu, e entendeu de forma inteligente, porque governar não é estar a assistir infra-estruturas a degradarem sem fazer nada.

Agora, quando falamos de licitação de concursos públicos, acho que o dinheiro que se está a investir aqui para dar uma outra utilidade a esta infra-estrutura não é dinheiro do Estado. Não sendo, é lógico que não se vai fazer concurso público.

Daí que, julgo que o Ministro, o Governo tomou a decisão mais correcta para dar outro destino a esta infra-estrutura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, antes de fazer a minha intervenção, uma pergunta ao Sr. Ministro só para situar-me: face a última intervenção, a obra que decorre neste momento, que está sendo feita agora, de requalificação, ou de melhorias, ou de adaptação é com custo privado – segundo a informação que acabei de ouvir – ou faz parte do pacote do custo do projecto?

É uma pergunta que gostaria de obter resposta antes de intervir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro para responder.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Sim, Sr. Deputado, as obras em curso decorrem por conta do investidor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Delfim Neves, pode continuar a sua intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Muito obrigado!

Bom, quero aqui deixar mais uma vez claro que não se está a discutir as opções. Quero também dizer que às vezes antes da gente fazer intervenção deve olhar para o dicionário e ver o uso de algumas palavras para não cair no erro de ofender, porque quem diz o que quer vai ter que ouvir o que não gosta!

Quando se fala de uso abusivo de fundos públicos, isso significa o quê, desvios? Gasto supérfluo? O quê que o Sr. Deputado quer dizer com isto?

O Sr. Deputado dizia que o Governo actual, inteligentemente, está a dar o destino a uma infra-estrutura que estava praticamente moribunda...

Murmúrios e Protestos do ADI.

Se falo disso é porque falou das pessoas que estavam no governo...

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Quando disse uso abusivo do dinheiro do Estado é porque ele não estava orçado. Este montante não estava orçado no OGE. Isto é que estou a dizer, simplesmente referi-me a isso.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor Sr. Deputado Delfim Neves, pode continuar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Bom, sobre essa questão nem vou discutir consigo porque o senhor se calhar não vai entender aquilo que iria explicar.

Sr. Ministro, disse que existe um memorando, mas gostaria de saber como é que esse memorando surgiu? Na base de uma solicitação, ou porque o Governo a optar para outros fins, ou para os que decidiu e achou que é melhor para o investimento da Lota, abriu o mercado, solicitou, de forma pública, aos interessados e, com base nesse anúncio, surgiram investidores e o Governo fez a melhor opção? É a primeira questão que gostaria de saber.

Se esse contrato está sendo feito tem esses antecedentes, qual é o valor da adjudicação? Qualquer adjudicação tem um valor. O quê que o Estado irá ganhar com esse memorando de entendimento? Também gostaria de saber qual será o destino dos outros equipamentos que estavam ali instalados?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, insisto na minha linha. Quero saber qual é o montante da obra a ser executada? O que é que está incluído nessas obras? Quando é que foi aprovado o projecto de remodelação do espaço?

Quero saber se há audição de outras entidades que participam no processo de licenciamento dessas actividades, por exemplo, é uma actividade comercial?

Quero saber também como é que vai ser repostos investimentos que o investidor está a fazer? Essas questões, quanto a mim, continuam a ser pertinentes no âmbito desta audição. Na medida do possível, gostaríamos de ter respostas objectivas e claras.

Não sei se a Comissão poderia pedir que o memorando assinado fosse enviado para a Assembleia, como parte deste processo.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, só uma questão.

É o seguinte: dizer ao Sr. Ministro que as obras estão sendo feitas com o capital do investidor e, só para nos situar do capital que o Estado pagou a empresa, que são quatro milhões setecentos e tal, já incluía ou não algumas obras que estão sendo feitas pelo investidor?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção...

O Sr. **Ministro das Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, tinha pedido a palavra. Mas o Sr. Deputado pode prosseguir.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Obrigado Sr. Ministro.

Sr. Presidente, é só para dizer o seguinte: na verdade, na linha da pergunta do Sr. Deputado Delfim Neves, também diria a mesma coisa. Se dos quatro milhões, setecentos e sessenta três mil dólares que já pagaram em relação ao projecto, gostaria de saber se já compraram com esse dinheiro os equipamentos que foram mencionados há pouco tempo.

Na verdade, quando fomos fazer uma visita ao local muitos equipamentos, que disseram que colocaram ali, eram mesas que retiraram. Quer dizer que não havia frigoríficos, geleiras, geradores, não havia nada! Se esse dinheiro fez parte da compra desses equipamentos, quer dizer que eles não chegaram ao país. Gostaria de saber se esse dinheiro faz parte de todo o lote desses materiais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, na esteira daquilo que o Sr. Deputado disse anteriormente, só gostaria de fazer uma proposta: porque, pelas intervenções havidas na Sala, denota-se que há necessidade de outros esclarecimentos para além do aspecto «obras em curso».

Portanto, em relação às obras o Ministro das Obras Públicas dará a resposta necessária, mas concluo que há a necessidade de auscultar outros Ministros, no que diz respeito ao aspecto do contrato, de concessões e de financiamento. Por tudo isso, acho que a 4.^a Comissão devia convocar os ministros responsáveis pelas respectivas áreas para esclarecer melhor esse assunto.

Mas isso não impede que o Sr. Ministro das Obras Públicas dê o esclarecimento necessário sobre as obras em curso. É por isso que disse que seria melhor assim. Porque na nota da Assembleia que recebemos, o único objecto de audição é «alteração dos objectivos que havia sido construída a Doca».

Portanto, é o único objecto de audição que está na nota da Assembleia. Não há questões ligadas ao contrato, que acho que o Sr. Ministro também não está dentro do assunto, mas o que o Sr. Ministro muito bem pode esclarecer é sobre os trâmites legais, ou outras formas das obras que estão em curso.

Agora, se houver necessidade, gostaria já de avançar essa proposta, que a 4.^o Comissão pudesse convocar outros Ministros para responder em relação a outros aspectos ligados ao contrato.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço a sua intervenção, mas em relação a ela gostaria de dizer o seguinte: recordar ao Sr. Ministros que os Deputados da 4.^a Comissão, tal como disse aqui no início da sessão, pediram informações detalhadas sobre o projecto.

Partia-se do princípio que o Ministério das Obras Públicas tivesse o dossier completo do projecto e que nos enviasse. O Ministério não soube defender-se em relação a isso, porque mandaram-nos esta página. Para um processo tão valioso, é uma forma de deixar os Deputados na mesma.

Quer dizer que o Ministério tem a possibilidade de nos enviar todos os documentos. Até dissemos que não queremos todos, queremos pelo menos um resumo das informações mais necessárias para a compreensão deste dossier, com detalhes.

Nós pedimos e esta manhã recebemos esta página. De maneira que, em relação à isso, a Comissão não tem culpa nenhuma de não estar devidamente informada sobre o processo.

Mas quero recordá-lo mais uma vez que aquilo que o Grupo Parlamentar do PCD pedia é o devido esclarecimentos sobre o processo da eventual adjudicação, venda, renda, ou alienação da Lota «mercado do peixe» a um privado.

Isto é que é a base desta auscultação. Porque todo o património do Estado a ser alienado tem que ser por concurso, ou por adjudicação directa, mas tem que se ver a forma dessa adjudicação. É isso que queremos para esclarecimento...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Um ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, desculpa estar a insistir. Só vou ler a nota que recebemos da Assembleia Nacional: «na sequência da reunião da 4.^a Comissão realizada para a apreciação do pedido feito pelo Grupo Parlamentar do PCD, para auscultação dos Srs. Ministros nas Comissões, em função das suas atribuições e competência, a Comissão entendeu analisar particularmente o processo de alteração dos objectivos da Lota de pesca, tendo deliberado pelo seguinte (...). Portanto, a realização da visita, auscultar o Ministro das Obras Públicas, esse é que estou a dizer que é o objecto que recebem os da auscultação.

Agora, aqui também entendemos, o Governo entende que há matérias em que há necessidade de convocar outros ministros. É a volta disto que fiz a proposta. Porque neste momento só viemos, o Ministro das Obras Públicas veio esclarecer sobre os objectivos da alteração, que são as obras em curso.

Portanto, não há a tentativa de fugir ao esclarecimento ou não! O que estamos a dizer é que há necessidade de outros ministros, da responsabilidade da área financeira e do desenvolvimento, virem esclarecer o assunto. É só isso que estou a pedir, não tem nada de mais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, quero agradecer o Sr. Ministro por ter lido a nota, insistia no objecto.

Acho que a 4.^a Comissão, agradecemos o conselho do Sr. Ministro, depois dessa audição tem que se reunir para precisar que nível de informação precisa e a quem deve solicitá-la. Porque me parece que há aqui assuntos de natureza financeira, haverá outros de natureza jurídico-processual, mas queria pedir a indulgência do Sr. Ministro que deixasse a 4.^a Comissão, após a avaliação daquilo que obteve desta audição, determinar o quê e a quem deve solicitar...

Murmúrios do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Não, estou a lhe agradecer!

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra de novo ao Sr. Ministro das Obras Públicas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Sr. Presidente, começaria exactamente pelas referências que o senhor fez, portanto, começaria pelo fim.

Dizer que da parte do Ministério não houve intenção nenhuma, nem a necessidade de ocultar seja o que for como informação a facultar aos Srs. Deputados. Basta vermos que, mesmo neste quadro, mesmo aqui, a divergência de intervenções é tão grande que também da nossa parte faltou especificidade naquilo que os Srs. Deputados pretendiam.

Não me lembro de, em nenhum momento, ter recebido uma nota que me cingisse no tipo de informação desejada pela 4.^a Comissão. Mas o que quero também dizer é que da parte do Ministério não há, nem intenção, nem necessidade nenhuma de ocultar seja o que for.

Tudo quanto for solicitado pela 4.^a Comissão, ou pela Assembleia Nacional no âmbito deste assunto como documentação e que esteja na nossa posse facultaremos e enviaremos de imediato. Acho que não faltarão documentos sobre esta matéria a colocar à disposição dos Srs. Deputados.

Relativamente às intervenções, há algumas que penso que poderia esclarecer cabalmente, outras se calhar falar um bocado sobre elas e dar minha opinião, mas há algumas que ultrapassam o âmbito da titularidade do próprio Ministério.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Delfim Neves quanto a opção, foi uma opção do Governo dentro das propostas e daquilo que analisamos como consistência dos grupos e tomou-se a opção de fazer um memorando com ele. Portanto, para um grupo de investidores.

Não há contrato, volto a dizê-lo. Não havendo contrato, portanto, não lhe posso dizer quanto é que o Estado ganha, qual é a demonstração financeira do projecto. É algo que está em curso, está a ser tratado pela Direcção do Património. Neste momento não tenho elementos quanto a isso.

«O valor pago incluía as obras feitas pelo investidor?» Penso que não! No valor que se pagou essas obras não foram feitas, portanto, na parte exterior. O que serão as obras de interior, que chamei há pouco «obras de adaptação», certamente não estavam incluídas porque a opção de dar o destino de um centro comercial não era o objecto inicial da construção do edifício.

Os equipamentos. Acho que foi respondido, mas de qualquer maneira posso tranquilizar o Sr. Deputado que grande parte deles foram retirados. Aqueles que não serão utilizados dentro deste quadro foram retirados e guardados, na perspectiva de poderem ser utilizados noutras acções a serem desenvolvidas pelo Governo. Portanto, na eventualidade de se concluir um outro mercado de peixe, esses equipamentos possam ser utilizados.

A referência feita aos geradores e equipamentos específicos, como câmara e geleiras, devo informar que nunca houve lugar a instalação desses equipamentos, penso que nem aquisição. Porque aquando da suspensão dos trabalhos, que inicialmente foi feito pela própria empresa, alegando falta de pagamentos e depois tomada a decisão, pelo governo de então, em suspender.

Porque para concluir os trabalhos e equipar a Lota como inicialmente, foi apresentado um orçamento rectificativo na ordem de três milhões 750 mil dólares. Foi a partir daí que a decisão final de suspensão de avançar com os trabalhos na Lota foi tomada na altura pelo governo de então. Portanto, os geradores e as geleiras nunca foram objecto de instalação, ou de aquisição.

O Sr. Deputado Rafael Branco solicitou sobre o montante da obra. O montante da obra não está especificado. O que lhe posso dizer é que no memorando prevê-se não ultrapassar os dois milhões e 300 mil euros, portanto, até esse montante está no memorando.

A aprovação do projecto. O projecto ainda não foi remetido, salvo se esta manhã, mas já foi solicitado pela Direcção do Património, ela fez esse pedido e ainda não tenho esse documento em mãos.

O processo de licitação. Pelo parecer, ainda também julgo que não seria propriamente uma acção, ou algo que caberia ao nosso Ministério dar as explicações, mas um parecer técnico a que tive acesso diz que, agora temos é que ver, no quadro do código de investimentos não há imposição de selecção, por via de concurso, do investidor.

É um parecer da Direcção do Património que tive acesso, que se prevê que, no código de investimentos, não há imposição para efectuar concurso público no âmbito desta matéria.

A reposição de um investimento, penso que sim. No quadro da demonstração financeira e do próprio contrato acho que será previsto e será trabalhado. Mas neste momento não posso dar os detalhes, nem os pormenores porque, não está em curso, e também não tenho acesso a essa informação.

Quanto às referências do Deputado Cecílio, era a questão dos equipamentos, que penso que já respondi. Assim, de forma resumida, é o que posso referir até ao momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Ministro das Infra-estruturas. Não sei se será possível o Sr. Ministro nos fornecer esse parecer que diz que no âmbito de código de investimento não há imposição para afectação para nos ajudar posteriormente.

Apesar que eu já prevejo que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares sugere sempre que façamos por escrito e se assim for nós teremos muita honra em o fazer.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização**: — Se quiser, posso lhe dar agora.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Ministro pelo esclarecimento que me deu. E agora queria perguntar ao Sr. Ministro qual é a prática do Ministério das Obras Públicas e das suas instituições. Quer dizer que se algum cidadão e como Sr. Ministro sabe que estamos aqui e tentamos sempre fazer alguma

coisa, eu tenho várias experiências de ter sido impedido e até multado por ter iniciado uma obra sem que o projecto estivesse aprovado.

Sr. Ministro acha normal que haja uma intervenção num património de Estado, essa intervenção que vai levar a modificação da estrutura. Essa modificação que implica investimentos até um montante de 2 milhões e 300 mil euros.

Sr. Ministro acha normal que na prática das normas que regem o seu ministério que haja obras desse tipo sem que as instituições competentes do Ministério das Obras Públicas aprove qualquer eventual projecto de modificação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, penso que cada vez que estamos avançar, estou ficando mais confuso. Talvez o Sr. Deputado Rafael Branco levantou uma questão que a 4ª Comissão devia decidir melhor sobre isso.

E gostaria de pedir ao Sr. Ministro que averiguasse todos os tipos de relatório e mais documentos relacionados com a obra da lota e que fosse facultado a 4ª Comissão, porque penso que essa obra também passou por um processo de auditoria.

Talvez facultasse algum documento ligado a auditoria para melhor esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes Leopoldino.

O Sr. **Dionísio Fernandes Leopoldino** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e caros colegas muito bom dia.

Estive atentamente a escutar a explicação do Sr. Ministro que dizia que tem neste momento no poder do Governo um memorando de entendimento com um grupo investidores. E assim gostaria de fazer apenas uma pergunta. Que empresas são essas? Uma vez que houve o memorando de entendimento com estes investidores, quais são as vantagens financeiras para o cofre de Estado?

Porque é que não se abriu um concurso público de modo a permitir que os empresários nacionais e outros parceiros internacionais pudessem participar, a fim de o Estado arrecadar mais receitas?

Eu ainda recordo que o Governo elegeu no seu programa como a questão fundamental o combate a corrupção. Sr. Ministro acha que houve transparência nesse negócio? Não será que o Governo está a acometer um grande erro?

O Sr. **Presidente**: — Queria também dizer o seguinte. Sr. Ministro das Obras Públicas, Srs. Deputados, eu também queria recordar que existe a Lei 8/2009, e que temos que conhecer. Temos que estudar essa lei que é de regulamentação de licitação e contratação pública.

É uma lei que superintende a toda e qualquer licitação. É lá que vem todo o tipo de licitação, adjudicação directa, concursos, tudo e tudo. E de facto o Sr. Disse aqui que o montante não está especificado, isso viola a lei.

O projecto não foi fornecido ao ministério, foram as suas palavras em que dentro da lei não é possível. A licitação foi por memorando de entendimento. Qual é a base legal desse memorando de entendimento? Vem constando nesta Lei 8/2009? Não está.

Estamos a falar de coisas muito sérias. E de facto temos que ter respostas a essas questões. Temos que conhecer esse regulamento de licitação, porque podemos ter boas intenções, disse aqui que o Governo está cheio de boas intenções sim senhor, mas essas boas intenções têm que se basear na lei e não estar a revelar dela.

Por isso mesmo, há matéria política sim senhor, porque somos políticos todos, Governo, Deputados e Ministros, mas temos o compromisso de defesa da coisa pública. Devemos ter apologia da defesa da lei. De facto este processo foi referido pelo Sr. Ministro das Finanças e Cooperação internacional que não há nenhum contracto. E se não há nenhum contracto do Estado com uma empresa, como é que a empresa intervém?

A base de que lei? E depois disse o Sr. Ministro das Finanças e eu li aqui há bocado, disse publicamente na televisão que o Governo aprovou uma proposta apresentado por um grupo privado estrangeiro.

Aqui pergunta-se, houve publicidade conforme vem na lei? A publicidade para toda a gente tomar conhecimento e os interessados como disse o Sr. Deputado Dionísio todos os interessados poderem concorrer em pé de igualdade?

Não houve. E disse mais, tendo pedido ao investidor que fizesse um sinal em relação ao investimento a volta a Doca de pesca. Mas que linguagem é essa em que património de Estado de valor elevadíssimo o investidor faz um sinal?

Quer dizer isso veio ao público. Por isso mesmo, não podemos estar a ver esse processo com leviandade. Se houve questões anteriores, eu sou de opinião que de facto que o seu ministério envie para aqui auditorias e tudo que os Srs. Deputados já disseram, porque nós aqui não estamos para defender ninguém.

Estamos para defender a lei. E neste processo a lei não foi tida em consideração. É isso que queria dizer ao Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Fiz uma pergunta directa ao Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, há uma pergunta directa. Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estrutura.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Relativamente à pergunta do Sr. Deputado Rafael Branco, há bocado referi que a Direcção do Património ficou de nos remeter esse documento.

Não sei se posso responder já o Sr. Deputado Dionísio Fernandes. Sr. Deputado Dionísio Fernandes, as vantagens financeiras sim. É óbvio e haverá quando o processo estiver concluído e contractos feitos haverá em várias vertentes tanto no quadro das vantagens que poderão advir para economia nacional, no emprego e na formação, porque já se prevê também formação de pessoas dentro dessa actividade e a contratação.

Também se prevê melhorias em termos contratuais para o incremento da produção alimentar no país não só em termos hortícolas como no ramo alimentar no geral.

Quanto ao concurso público, eu quanto a isso, disse em que termo se baseou e a referência que tinha o parecer, mas penso que relativamente à esse assunto há abertura e a disponibilidade de recessão de propostas que já vem há muito tempo. Portanto, não é um objecto actual. Já houve também no passado propostas que foram apresentadas e só não foram retidas porque se calhar analisou-se e dentro da conjuntura de momento que não convinha o Estado.

Como também aconteceu no decurso do exercício deste Governo ter havido. Portanto, não havia impedimento de manifestação de proposta. Mas se quiser que eu lhe diga que se houve divulgação pública para apresentação, penso que não houve nem antes nem agora. Mas a possibilidade de se apresentar propostas esteve sempre em aberto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes Leopoldino.

O Sr. **Dionísio Fernandes Leopoldino** (MLST/PSD): — Desculpa Sr. Presidente. Sr. Ministro, eu no quadro da minha pergunta também solicitei que empresas são essas?

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Já tinha referido que a empresa é um grupo gabonês de gestão e de participação do investimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cicílio Quaresma.

O Sr. **Cicílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, acho que fazendo praticamente um balanço desse trabalho todo, acho que mesmo que ficássemos aqui até meia-noite, as conclusões que vamos tirar daí serão infrutíferas.

Acho o que podemos fazer é como disse o Ministro da Descentralização, termos que ter realmente os dossiês completos para conhecermos realmente todo um conjunto de factores antes de fazermos realmente uma conclusão cabal sobre o assunto.

Como disseram aqui e disseram bem, que não é ataque, mas é um ataque claro, legal e objectivo. Porque há coisa que já foi explicado várias vezes e voltamos a ouvir mesma coisa até parece que a explicação nunca é acabada.

Em São Tomé há muitas coisas que precisam de explicações, inclusive esse problema nem sequer é do actual Governo. Mas é um problema embora que agora pretende-se fazer, mas acho a forma como a coisa está a ser conduzida parece que estamos a meter o fogo no local um pouco incerto.

Seria bom que esses debates fossem um pouco mais objectivos e claros, porque é uma discussão que nunca mais vai ter o fim. Porque há explicações que já foram dadas várias vezes e constantemente estão a voltar a pedir a mesma explicação.

O que podemos fazer, é termos realmente esses dossiês e que a 4ª Comissão se reunir mais uma vez, e saber o que é que queremos e o que é que o Sr. Ministro realmente traga-nos os relatórios da comissão das finanças e por aí fora de forma que haja directamente ou indirectamente esses ataques todos.

Inclusive, é preciso que a 4ª Comissão veja isso de forma que o País possa sair a ganhar com todos esses aspectos, porque também se formos ver para o País há muitas coisas que vamos ter que pedir satisfação as pessoas, porque senão é muito complicado todos esses aspectos.

E acho bem que a 4ª Comissão terá que reunir e saber o que queremos com esse debate. Espero bem que isso seja muito brevemente de forma que poderemos bater os pontos sobre o giz, porque senão nunca mais essa discussão será conclusiva com todos esses aspectos.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado referiu-se a vocês. É inadmissível. O Sr. Deputado é Deputado como nós que fomos todos eleitos e não está autorizado a se referir aos seus colegas nesses termos: "Vocês querem espatifar." Quem são vocês?

O Sr. Deputado não é mais do que nós todos. Não é. E não está autorizado a dar lições de moral a ninguém. Portanto, peço ao Sr. Presidente que lhe faça a correcção da linguagem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Eu não estou autorizado nem o Sr. Deputado Alcino Pinto também está autorizado. Eu a falar, cometi esse lapso e recuso automaticamente de referir aos Deputados.

Portanto, juro que fiz o que devia, sei como portar aqui nesta Sala. Trato os meus colegas de Deputados como eles me tratam e portanto, não vejo porque é que o Sr. Deputado Alcino Pinto está atrapalhado.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Não estou atrapalhado.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Certamente lhe ofendeu, quando falei de espatifar fundos. Espatifar fundos, é buscar fundos de Estado direccionado para um objectivo e não cumprir, ou seja, desviar para outros fins que não são aqueles que estão direccionados.

Eu não sei o que é que o senhor entendeu por espatifar. Se está a dar um outro sentido a aquilo que eu disse isto é um problema do Sr. Deputado em particular. Eu falo de fundo que foi espatifado. Com relação a aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Delfim Neves, julgo se estivermos a falar de legalidade dessa obra da Doca não seria o Sr. Deputado a falar da legalidade. Nós podemos discutir aqui sim senhor, mas não sei quem em que falando especificamente dessa obra pode vir nos dar lições de cumprimento da norma. Eu tenho a certeza que não seria o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Tenho ouvido aqui referência aos artigos da lei de licitação, penso que tem havido uma má interpretação sobre esses artigos. Estou disposto a discutir e ensinar as pessoas os articulados desse artigo.

Risos do MLSTP/PSD e do PCD.

E que não interpretam dessa forma esse artigo e interpretando dessa forma a lei. Porque uma coisa é o bem público e há processo de venda que está muito bem. Está explícito, e está tudo. Portanto, tenho aqui a lei comigo e aconselho as pessoas a consultá-la melhor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu vinha com o propósito apenas de assistir a discussão. Não sou membro da 4ª Comissão, mas enquanto Deputado, de acordo com as normas a legitimidade, estou aí e posso pronunciar.

Como não sou daqueles que meto em confusões, queria dizer ao Sr. Deputado Carlos Pinheiro que não sou funcionário público, mas já fui funcionário público de 1975/1978 e não me atrapalho, mas contudo, quero dizê-lo que a ignorância muitas vezes faz-nos pensar que sabemos muito.

Portanto, eu quis chama-lo atenção, porque o Sr. Deputado quis meter connosco. Referiu-se a «espatifar» «você» está a excluir-se. E eu quis chamá-lo atenção porque o senhor é Deputado da Assembleia Nacional como todos nós. Estamos aqui a discutir, a ouvir o Sr. Ministro. Não seja caixa de ressonância. Tenha autonomia intelectual. É apenas isso que eu lhe peço.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — E eu sou.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu tenho, e não eu sou!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pinheiro, vamos ter calma.

Sr. Ministro das Obras Públicas, não sei se tem mais alguma coisa para dizer?

Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Antes de agradecer os Srs. Deputados, queria referir-me aos comentários do Sr. Deputado Delfim Neves, quanto a súmula que fez.

Na súmula reiterou extractos isolados de uma intervenção circunstanciada e sequencial de acordo com os trabalhos que foram feitos e a verdade é que quando se diz de forma curta e directa que não há contracto, não existe, mas é algo que está em curso.

Está a ser trabalhado porque tudo quanto está a ser feito, está a ser feito com base num memorando de entendimento que engaja as partes. E estando em curso o contrato de arrendamento, é algo que culminará com a cedência de espaço nesses moldes.

Relembro a todos os Srs. Deputados porque aqui e acolá pareceu-me haver ainda dúvida em relação a isso. Não houve lugar a qualquer alienação do bem do Estado e nem será por esta via que a opção será feita. É este o contributo que penso que possa ser dada. Espero ter correspondido as expectativas e caso não o tenha feito, peço desculpas para fazer melhor nas próximas sessões e manifestar-me sempre a disposição dos Srs. Deputados em todo quanto pudesse ser útil.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Ministro. Da parte da 4ª Comissão queria agradecer a sua presença e dizê-lo que ela foi produtiva, porque deu-nos de uma forma clara a opinião que o Governo tem dessa matéria que em muitos aspectos não está muito de acordo com a dalguns Srs. Deputados membros da Comissão.

Mas para dizê-lo também que para bem de todos, quer do Governo quer dos Deputados para a nossa elucidação é bom que pusesse a nossa disposição documentos relativo a esse projecto da Lota de pesca, porque os conhecimentos dos pormenores podem ajudar-nos a chegar a conclusão final. Muito obrigado.

E ficamos a espera então que nos enviem esse material que para nós é muito útil.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas para um ponto de ordem.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Há um procedimento próprio ou é só enviar os documentos?

O Sr. **Presidente**: — Pode enviar só.

Então, quero agradecer a presença e a participação de todos. Em nome da 4ª Comissão aproveito para me despedir, porque partimos amanhã para Timor Leste e de maneira que a Comissão continua a funcionar com os Vice-presidentes, os Srs. Deputados Guilherme Octaviano e Hélder Paquete. E claro que iremos para duas semanas e viremos para continuar esse processo e que os senhores irão prosseguir. Terei o grande prazer de estar convosco na conclusão deste processo.

Terminou-se a reunião quando eram 11 horas e 5 minutos.